



Uma análise sobre informações econômico-financeiras presentes nos relatórios de sustentabilidade das 10 maiores empresas do Brasil

Resumo: Grande parte das organizações utiliza recursos naturais para conduzir suas atividades operacionais nos dias de hoje. Todavia, o meio ambiente pertence à sociedade como um todo, não podendo esse ser alienado para atingir o objetivo particular das empresas. Diante desse cenário, observou-se que desenvolver um produto de qualidade já não é mais suficiente para atrair futuros investidores, pois é necessário também que haja um comportamento responsável como freio para a degradação do ecossistema. Nessa visão, a Contabilidade Ambiental surgiu para fornecer informações econômico-financeiras para seus usuários através de certos meios, entre eles, os relatórios de sustentabilidade. No Brasil, o caminhar para a publicação desses dados ainda é lento, comparado com outras nações, uma vez que não se é formalmente obrigado a fazê-lo. Contudo, algumas organizações já evidenciam voluntariamente estas informações, procurando fornecer o conteúdo ambiental, social e econômico para seus *stakeholders*. Nesse sentido, a pesquisa apresentou por objetivo coletar e analisar dados sobre informações econômico-financeiras contidas nos relatórios de sustentabilidade das dez maiores empresas do Brasil, no ano de 2016. Empregou-se uma abordagem descritiva através da análise documental, com tratamento qualitativo dos dados, sendo assim possível atender os objetivos deste artigo. A pesquisa foi classificada como documental uma vez que utilizou tais relatórios como fonte de dados. Os resultados encontrados permitem afirmar que não são relevantes as informações econômico-financeiras neles presentes, demonstrando que a maioria das empresas segregam as informações econômico-financeiras das sociais e ambientais no momento da divulgação para seus *stakeholders*.

Palavras-chave: Informações econômico-financeiras; Maiores empresas do Brasil; Relatórios de Sustentabilidade.

Linha Temática: Demais Temas Relevantes em Contabilidade – Contabilidade Ambiental



1- Introdução

A relação entre desenvolvimento sustentável e crescimento econômico de grandes empresas se tornou um ponto importante de discussões e análises dentro do cenário corporativo. Sabe-se, desde a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Homem e o Meio Ambiente (1972), que o assunto da proteção ao planeta tem evoluído consideravelmente, atingindo diversas esferas dentro das organizações. Segundo Gomes e Garcia (2013), no contexto atual, não é suficiente apenas desenvolver produtos e serviços de qualidade, também é necessário que boas práticas ambientais e coletivas sejam adotadas, seguindo os parâmetros do *triple bottom line* (medidas em prol da sociedade, natureza e economia).

Com esse propósito e afim de aprimorar seu potencial competitivo, as instituições agregaram ao seu perfil uma consciência ecológica e a preocupação com futuras gerações. No entendimento de Tinoco e Kraemer (2011), a degradação do ecossistema é um crescente no cotidiano da população, e mediante a isso, as empresas reconheceram sua parcela de culpa com o bem-estar comum ao grau que objetivavam o lucro. Diante deste fato, o termo responsabilidade social, aliado ao conceito de governança corporativa, tornou-se importante ferramenta para que os *stakeholders* passassem a exigir um comportamento responsável das empresas (Carvalho & Siqueira, 2005).

Essa crescente apreensão com os recursos naturais fez com que um novo ramo dentro da Contabilidade se desenvolvesse. Assim, a Contabilidade Ambiental surgiu para fornecer informações econômico-financeiras dessa ordem para seus usuários, bem como medir os efeitos provocados ao meio ambiente pelas atividades operacionais das empresas. No Brasil, o caminhar em direção à publicação desses dados ainda é lento, uma vez que não se é obrigado formalmente a fazê-lo. Na visão de Edwards, Birkin e Woodward (2002 apud Ferreira & Bufoni, 2006), as normas brasileiras, apesar de crescentes, são rudimentares comparadas com as norte-americanas, pois apesar de priorizar os interesses dos acionistas, as legislações estadunidenses contribuem para a melhoria da informação ambiental presente nos relatórios financeiros.

Com relação à divulgação da informação ambiental, Clarkson, Li, Richardson e Vasvari (2008) apresentam que os resultados entre desempenho ambiental corporativo e sua evidenciação nos relatórios financeiros são bem variáveis, pois podem apresentar uma associação negativa ou positiva dependendo do que as corporações desejam evidenciar.

É importante averiguar se as empresas promovem ações que ratifiquem o papel descrito em seus relatórios, se dão suporte a projetos, eventos e programas sociais, culturais e ambientais voltados para a sociedade (Maçambanni, Bellen & Silva, 2013). Transparência e comprometimento com a comunidade são requisitos mínimos para que a organização tenha o controle do impacto que causa ao meio ambiente, sintonizando, dessa forma, seus valores com sua estratégia de negócio. (Brock, 2005 apud Dias & Siqueira, 2005)

Diante do exposto, a presente pesquisa busca coletar e analisar dados sobre as informações econômico-financeiras presentes nos relatórios de sustentabilidade, obtendo como foco específico as dez maiores organizações por faturamento do Brasil, que divulgaram tais elementos no ano de 2016.

O trabalho se justifica ao tentar se aprofundar sobre o impacto de informações econômico-financeiras presentes nos relatórios de sustentabilidade, uma vez que não se pode afirmar que haja um consenso no meio acadêmico sobre o assunto, ou seja, se relatórios de



sustentabilidade devem conter as informações econômico-financeiras, vinculadas às informações sociais e ambientais. Por intermédio dos dados divulgados, buscará elucidar as relações existentes entre as informações evidenciadas e seus reflexos nas empresas.

2- Revisão da Literatura

2.1 – Informações econômico-financeiras e informações ambientais

A maioria das atividades de produção e consumo tem efeito no meio ambiente. Diante disso, se corretamente feita, a Contabilidade é a ferramenta mais útil para análises econômicas e perspectivas políticas em seu entorno (Ahmad, Serafy & Lutz, 1989). De tal modo, a Contabilidade Ambiental surge como um campo de interação com a Contabilidade tradicional, uma vez que utiliza de suas informações para a análise dos recursos naturais.

Segundo Ferreira, Lucatelli & Monteiro (2005):

Entende-se que informações econômico-financeiras alteram econômica e financeiramente o patrimônio da entidade e resultam de suas atividades operacionais e não operacionais e que informações econômico-financeiras de natureza ambiental são aquelas que também alteram o patrimônio das entidades econômica e financeiramente e resultam dos efeitos provocados no meio ambiente por suas atividades operacionais.

Destaca-se que a Contabilidade Ambiental, ao buscar evidenciar as externalidades negativas assim como medir, registrar e avaliar os eventos ambientais, tende a ser mais ambiciosa que a tradicional (Tinoco & Kraemer, 2011).

Expressados esses conceitos, ressalta-se que o escopo deste trabalho se relaciona com o modo como as organizações divulgam as informações econômico-financeiras dentro dos relatórios de sustentabilidade para seus *stakeholders* e não em analisar as informações ambientais neles contidas.

2.2 – Relatórios de sustentabilidade

A palavra sustentável pode conter diversos significados, principalmente quando associada ao termo desenvolvimento ambiental. Ela é capaz de caracterizar as interações entre o meio ambiente, a sociedade e a economia, tendo como foco a perspectiva de continuidade das futuras gerações. De acordo com Canepa (2007) e Veiga (2005) citados por Barbosa (2008), apesar de ter sido firmado na Agenda 21, o conceito de desenvolvimento sustentável ainda está em construção. Seguindo esse viés, observa-se que no mundo há um crescente no número de empresas que tem optado voluntariamente pelos relatórios não financeiros para divulgar suas ações em prol do ecossistema e da sociedade. Contudo, ainda não se tem um padrão definido destes relatórios de sustentabilidade, podendo sua natureza variar amplamente (Cowe, 2004).

À priori, os gastos das empresas com proteção ambiental são oriundos de ações ecológicas de conformidade (Berry & Rondinelli, 1998), ou seja, é para se adequar à legislação ambiental vigente que as organizações ditam seu processo produtivo para reduzir os possíveis danos aos recursos naturais. Contudo, com a globalização e corporações cada vez mais



internacionalizadas, viu-se na sustentabilidade uma oportunidade de investir em ideias que agregassem valor aos resíduos.

Conforme dito por Vellani (2011), na tomada de decisões empresariais passou a ser ponderado o tema desenvolvimento sustentável em diversos fatores como as exigências legais, contratuais, incremento de receitas, redução de custos e até mesmo a melhora na imagem corporativa. Diante desse aspecto, nota-se haver uma conexão entre o desempenho ambiental e econômico, corroborado no discurso de Bebbington (2001), no qual os relatórios das empresas devem refletir o conceito de desenvolvimento sustentável, tendo a possibilidade de se beneficiar com ações de cunho ecológico.

No entanto, assim como foi crescente a divulgação dos relatórios de sustentabilidade, a atenção dos usuários dessas informações também aumentou. Sabe-se que a Contabilidade Ambiental se tornou capaz de fornecer informações relevantes e confiáveis, permitindo com que seus utilizadores compreendessem o sentido dos dados divulgados e fossem alertados para eventuais problemas dentro da organização. Nas palavras de Almeida (2002): “não basta uma empresa se declarar ecoeficiente e socialmente responsável. É preciso provar. Para isso, deve adotar indicadores, medi-los e apresenta-los aos tomadores de decisão e *stakeholders*. ”

Nesse sentido, os relatórios ambientais anuais devem fornecer dados (podendo ser esses auditados ou não) sobre suas políticas, riscos, eventos passados e impactos ao meio ambiente, estratégias de recuperação, receitas, custos, passivos e qualquer outro elemento que forneça vínculo com seu desempenho ambiental para que seus investidores, credores, colaboradores, bem como outros usuários possam estar cientes de sua responsabilidade com a natureza (Tinoco & Kraemer, 2011).

Com o auxílio da Contabilidade, já se tem um parâmetro do que se deve ser divulgado, todavia, constata-se que na prática sua publicação é menor do que o esperado. Em capítulo de sua pesquisa, Nossa (2002) apresenta uma comparação entre o *disclosure* ambiental no Brasil e em outros países. Verifica-se que apesar de várias empresas possuírem o ISO 14001 que procura melhorar o sistema de gestão ambiental da organização, são mínimas as informações relacionadas ao meio ambiente disponibilizadas aos *stakeholders*.

Tal evento decorre da falta de obrigatoriedade na evidenciação ambiental que, por ser espontânea, pode não traduzir eficientemente os reflexos das ações das empresas para com a sociedade. No cenário brasileiro, por não apresentar tal formalidade, a divulgação de informações econômico-financeiras de natureza ambiental não apresenta uma regularidade, aspecto demonstrado por Benevides e Reis (2017) em sua pesquisa sobre informações econômico-financeiras de natureza ambiental das organizações do setor de construção e transporte. Nyquist (2003) aponta vertentes para a carência da exigência legal nesse aspecto, como o aumento de custos com a divulgação e uma piora na qualidade da informação evidenciada, entre outros fatores que serão detalhados no tópico a seguir.

2.3 – Evidenciação voluntária

Ao se analisar os relatórios de natureza econômico-financeira, as informações presentes nos Relatórios de Sustentabilidade podem apresentar papéis totalmente opostos. Os fundamentos das teorias divergem quanto a relação entre o desempenho ambiental e seu nível de divulgação, uma vez se tratando da evidenciação voluntária. É preciso perceber quais as



motivações que estão por trás das informações divulgadas e nos atentar para possíveis estratégias de manipulação por parte dos gestores das organizações.

Duas prováveis maneiras de interpretar a evidenciação voluntária de relatórios ambientais divergem no sentido de ser positivo ou negativo uma maior divulgação dessas informações. Pesquisas embasadas em relatórios não regulamentados e não obrigatórios demonstraram que o aumento das evidenciações poderia indicar uma melhora no nível de performance ambiental das empresas. Contudo, por outro prisma, estudos fundamentados na teoria da legitimidade, teoria do *stakeholder* e a teoria sócio-política, questionaram-se sobre a qualidade e realidade dessas informações e se elas não seriam apenas uma maneira de atrair investimentos. Para melhor ilustrar esse panorama, faz-se necessário entender os pormenores desses contextos.

Utilizando-se de fatores mais rigorosos em sua pesquisa, Clarkson et al. (2008) fizeram uma revisão da relação entre desempenho ambiental e sua divulgação. Os autores aprimoraram as literaturas anteriores sobre o assunto, uma vez que o foco do estudo foi o nível de evidenciação ambiental puramente discricionária, a partir de uma amostra de 191 empresas das cinco maiores indústrias poluidoras dos Estados Unidos. Encontrou-se uma associação positiva entre a performance ambiental e o nível de evidenciações tanto em relatórios sociais quanto aos relacionados à *web disclosures*. Nota-se, porém, que os próprios pesquisadores relataram que alguns padrões nos dados explicados pelas teorias sócio-políticas não foram esclarecidos através da teoria da evidenciação econômica.

Diante dessa visão social e política, a teoria da legitimidade tem peso importante no momento de elencar os motivos do crescente número de evidenciações ambientais por parte das companhias. Sabe-se que a unidade econômica é a base da responsabilidade social das empresas e que suas atividades refletem na sociedade. Dessa forma, uma organização não poderá exercer sua rotina sem que a comunidade suporte as consequências de sua produção, ou seja, ela precisará obter o aval, a legitimação das pessoas ao seu redor para continuar retirando dos recursos externos sua parcela de lucro (Eugénio, 2010).

Ampliando os motivos que levam as organizações a divulgar a informação ambiental, Deegan (2002) identifica certos aspectos que podem colaborar para tal atitude como: o dever com o direito inalienável de informação, cumprir os requisitos legais, ganhar prêmios específicos, estar de acordo com código de condutas ambientais, intenção de atender as expectativas da sociedade etc. Contudo, o principal fator a ser considerado seria o do desejo de legitimar as atividades da empresa (Cormier & Gordon, 2001).

Nesta perspectiva, para Eugénio (2010), “a teoria da legitimidade sugere que, sempre que os gestores considerem que o fornecimento de um recurso é vital para a sobrevivência da organização, eles implementam estratégias para assegurar o contínuo fornecimento desse recurso”. E o principal meio de comunicação para a divulgação dessas estratégias são o relatório de contas anual e os relatórios ambientais.

A teoria do *stakeholder* e a teoria política econômica solidificam o já dito pela teoria da legitimidade. Na primeira, é incentivado que a divulgação dos dados ambientais esteja direcionada para um grupo específico de pessoas com poder de influência, apontando que a organização age de acordo com suas expectativas. Em consequente, defende-se que a vida humana se dá no meio do social, do político e do econômico e na essência esses aspectos são inseparáveis, não podendo ser esquecidos na evidenciação da informação (Gray, Owen & Adams, 1996).



Considerando-se a importância destes quesitos teóricos, a próxima seção realiza a descrição dos aspectos metodológicos utilizados nesta pesquisa.

3- Aspectos Metodológicos

Esta pesquisa caracteriza-se como descritiva e foi por meio da análise documental que se procurou obter um maior conhecimento sobre o assunto. Sua abordagem é qualitativa, buscando aprofundar, através do levantamento de dados, possíveis interpretações para comportamentos dentro do cenário econômico-social do país. As expressões descritiva e qualitativa provêm do fato que se averiguou descrever e analisar as informações econômico-financeiras disponíveis nos relatórios sustentáveis anuais das dez maiores organizações por faturamento do Brasil, de acordo com a revista Exame Edição Especial de agosto de 2017.

A pesquisa foi documental uma vez que se empregou tais relatórios como fonte de dados para o estudo dentro do ano de 2016, coletadas nos endereços eletrônicos públicos das respectivas empresas: Petrobras; Petrobras Distribuidora; Ipiranga; Raízen Combustíveis; Vale; Telefônica; Cargill; Claro; Braskem; BRF.

No que tange a metodologia com aspectos qualitativos, nota-se que esta procura alcançar resultados que não seriam possíveis através do tratamento de dados estatísticos, visando desprender pormenores dos problemas suscitados. De acordo com Oliveira (2000 apud Silva, 2006), a metodologia qualitativa normalmente é utilizada em situações que se pretende observar os indicadores do funcionamento das estruturas sociais e que “não podem ser coletados de modo completo por outros métodos devido à complexidade que envolve a pesquisa”, desafiando, assim, o pesquisador a aprimorar o objeto de estudo.

Para Diehl e Tatim (2006), o aspecto fundamental da pesquisa descritiva é a exposição das características de certa população ou fenômeno. Mais adiante, Gil (2002), explica que os cientistas sociais estão preocupados com uma atuação prática do objetivo, proporcionando assim, uma nova visão do problema.

A análise documental sugere, segundo Marconi e Lakatos (2003) que os documentos, escritos ou não, são a fonte exclusiva da coleta de dados, sendo, neste caso, os relatórios de sustentabilidade as fontes primárias de tal apuração. Pode-se também justificar o uso dessa técnica pelo fato que tais informações estão localizadas em ambientes de fácil acesso para a consulta, viabilizando desta forma, a comprovação ou a ocorrência de algo que o investigador não pôde notar (Calado & Ferreira, 2004).

Como mencionado, os documentos foram retirados dos endereços eletrônicos de cada uma das dez empresas em análise, compondo, desta maneira, a população da presente pesquisa. Os dados foram coletados no período entre os meses de outubro e novembro de 2017, e suas interpretações serão apresentadas no próximo tópico.

4- Apresentação, análise dos dados e discussão dos resultados

A apresentação dos resultados desta pesquisa se divide em duas partes. Primeiramente, uma apreciação evidenciando quais as informações econômico-financeiras, vinculadas à contabilidade, foram divulgadas pelas 10 maiores empresas em seus relatórios de sustentabilidade no ano de 2016 segundo a Revista Exame Edição Especial. Por conseguinte, uma análise geral das informações ambientais, sociais e econômicas dessas organizações, tendo



como foco uma visão condensada de sua responsabilidade social refletida através de dados coletados em relação aos termos pesquisados.

4.1 - Análise das informações econômicas-financeiras nos relatórios de sustentabilidade das organizações

Tabela 1 - Empresas listadas por ordem de receita líquida que publicaram o Relatório de Sustentabilidade no ano de 2016

Item	Empresa	Setor de Atuação	Relatório de Sustentabilidade
1	PETROBRAS	Energia	Sim
2	PETROBRAS DISTRIBUIDORA	Atacado	Sim
3	IPIRANGA	Atacado	Sim
4	RAÍZEN COMBUSTÍVEIS	Atacado	Sim
5	VALE	Mineração	Sim
6	TELEFÔNICA	Telecomunicações	Sim
7	CARGILL	Bens de Consumo	Sim
8	CLARO	Telecomunicações	Não
9	BRASKEM	Química e Petroquímica	Sim
10	BRF	Bens de Consumo	Sim

Fonte: Elaboração dos autores

A tabela 1 foi produzida com o intuito de verificar se todas as empresas publicavam suas práticas sustentáveis, através da divulgação de um relatório de sustentabilidade anual. Nota-se que dentre a população pesquisada, apenas a CLARO não o evidenciou. Sua última divulgação ocorreu no ano de 2014, através de sua *holding* AMÉRICA MÓVIL. Em contrapartida, observou-se que em seu relatório da administração de 2016, os termos responsabilidade social e meio ambiente estavam presentes.

Os dados contidos na tabela seguinte foram encontrados em sua totalidade nos *sites* das próprias empresas citadas, onde foram retirados seus relatórios de sustentabilidade. Diante de tais documentos, averiguou-se os aspectos voltados para o modo como as organizações divulgam as informações econômico-financeiras para os *stakeholders* e se eles estavam presentes. Nota-se que dentre os dados analisados estavam: demonstração de resultado do exercício, balanço patrimonial, demonstração de mutações no patrimônio líquido, demonstração do valor adicionado e a demonstração do resultado abrangente. Vale ressaltar que o escopo de pesquisa se restringiu apenas aos interesses vinculados à contabilidade, não utilizando de informações administrativas para a interpretação de resultados.

Tabela 2 – Ocorrência das informações econômico-financeiras de interesse à contabilidade retratada nos relatórios sustentáveis das empresas

Empresas Analisadas	Ocorrências das informações retratadas nos relatórios
PETROBRAS	0
PETROBRAS DISTRIBUIDORA	0
IPIRANGA	0
RAÍZEN COMBUSTÍVEIS	1
VALE	0
TELEFÔNICA	1
CARGILL	0
BRASKEM	0
BRF	1
Total de evidenciações	3

Fonte: Elaboração dos autores

Verifica-se, pelos dados pesquisados, que apenas três das empresas estudadas publicaram suas informações econômico-financeiras juntamente com os demais demonstrativos ambientais e sociais. A RAÍZEN COMBUSTÍVEIS e a TELEFÔNICA apresentaram a demonstração do valor adicionado, sendo que a segunda o fez de maneira condensada. Já a BRF exibiu seu balanço patrimonial de 2016.

Pode-se destacar como uma das possíveis razões para a preferência da demonstração do valor adicionado no relatório sustentável, o fato que essa é uma das vertentes para o balanço social, segundo apontado pela FIPECAFI (2000), sendo essa uma maneira alternativa de avaliação do desempenho gerencial.

4.2 - Análise das publicações dos relatórios de sustentabilidade: um comparativo entre os termos relacionados ao meio ambiente, sociedade e economia

A terceira tabela foi elaborada com o intuito de expor ao leitor uma análise dos termos “meio ambiente” e “ambiental” presentes nos relatórios de sustentabilidade das empresas.

Tabela 3 – Empresas Listadas X Termos “Meio Ambiente” e “Ambiental”

Empresas	Meio Ambiente	Ambiental
PETROBRAS	33	39
IPIRANGA	25	32
RAÍZEN COMBUSTÍVEIS	6	15
VALE	49	87
TELEFÔNICA	7	29
CARGILL	15	47
BRASKEM	34	46
BRF	31	62
Total de Evidenciações	200	357

Fonte: Elaboração dos autores.



A partir da análise desses termos, observa-se que sua maior ocorrência se dá na empresa VALE, com 49 e 87 aparições respectivamente no relatório de sustentabilidade. Em contrapartida, a empresa com menor publicação desses termos é a RAÍZEN COMBUSTÍVEIS com 6 e 15 sentenças evidenciadas.

Tabela 4 – Empresas Listadas X Termos “Social” e “Sociedade”

Empresas	Social	Sociedade
PETROBRAS	38	30
IPIRANGA	10	6
RAÍZEN COMBUSTÍVEIS	21	3
VALE	82	26
TELEFÔNICA	29	29
CARGILL	20	21
BRASKEM	27	17
BRF	32	39
Total de Evidenciações	259	171

Fonte: Elaboração dos autores.

A tabela 4 mostra a análise dos termos “social” e “sociedade”, no qual as empresas VALE e BRF apresentaram a maior ocorrência. Em comparação com os termos demonstrados na tabela anterior, nota-se que houve uma queda no número de evidenciações.

Tabela 5 – Empresas Listadas X Termos “Financeiro” e “Econômico”

Empresas	Financeiro	Econômico
PETROBRAS	36	33
IPIRANGA	14	9
RAÍZEN COMBUSTÍVEIS	3	33
VALE	17	82
TELEFÔNICA	22	21
CARGILL	15	6
BRASKEM	19	23
BRF	60	41
Total de Evidenciações	186	248

Fonte: Elaboração dos autores.



A tabela 5 apresenta a análise dos termos “financeiro” e “econômico”, o qual representa destaque para a empresa VALE com 82 evidenciações e em oposição para a empresa RAÍZEN COMBUSTÍVEIS com apenas 3 aparições.

Observa-se, a partir do exposto, que os termos relacionados à responsabilidade social e econômica são evidenciados em menor número do que os ligados à preocupação ambiental nos relatórios de sustentabilidade. Em relação aos demonstrativos contábeis, pouco se falou sobre eles, em comparação com as informações ambientais retratadas. Tenta-se explicar essa razão através da teoria do *stakeholder*. Ao apresentar os dados sustentáveis, as instituições priorizam satisfazer os usuários da informação, ou seja, procuram evidenciar os aspectos que elucidem seus valores éticos, através de programas ecológicos e ações para com a comunidade.

Por intermédio do presente artigo também foi possível verificar uma constante nos relatórios de empresas brasileiras. Conforme constatado por Cowe (2004), os relatórios de sustentabilidade não apresentam um padrão pré-determinado e como consequência disso, a análise comparativa entre as empresas pelo pesquisador não se dá facilmente.

5- Conclusões

O objetivo principal desta pesquisa foi compreender como as 10 maiores empresas do Brasil, elencadas pela Revista Exame Edição Especial de 2017, divulgam suas informações econômico-financeiras, vinculadas à contabilidade, nos seus respectivos relatórios anuais de sustentabilidade.

As análises apontaram que a maioria das empresas não evidenciam tais informações contábeis, segregando a parte ambiental e social de seu desempenho econômico e financeiro. Verificou-se que apenas a demonstração do valor adicionado e o balanço patrimonial foram divulgados, sendo a primeira por duas organizações e a outra por apenas uma.

Observou-se que tal situação decorre do alvo que os relatórios de sustentabilidade pretendem atingir: seus *stakeholders*. Mediante essa análise, entende-se que são necessárias ações cobrando das empresas que evidenciem os aspectos do *triple bottom line*, ou seja, apresentem em seus documentos informações suficientes para a tomada de decisão nos âmbitos econômicos, sociais e ambientais.

Destaca-se ainda, que apesar da evolução no que tange a divulgação dos relatórios de sustentabilidade, há um longo caminho a ser percorrido pelas corporações no sentido da padronização dos dados e sua evidenciação voluntária.

As dificuldades encontradas nesta pesquisa foram a falta de informações econômico-financeiras nos relatórios de sustentabilidade das empresas, limitando assim, a compilação dos dados com outros documentos. Outro obstáculo foi o uso de padrões diferenciados pelas organizações, tolhendo a comparação entre elas.

Como sugestão para estudos futuros, o escopo da pesquisa poderá ser ampliado com maior número de empresas e um aprofundamento nas informações ambientais e sociais provenientes dos relatórios de sustentabilidade, visando promover uma análise mais abrangente do cenário estudado pela Contabilidade Ambiental.



Referências

- Ahmad, Y. J., Serafy S. & Salah E. (1989). *Environmental Accounting for Sustainable Development*. Washington, DC: The World Bank.
- Almeida, F. (2002). *O bom negócio da sustentabilidade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Barbosa, G. S. (2008). O desafio do desenvolvimento sustentável. [Versão eletrônica], *Revista Visões*, 1 (4).
- Bebbington, J. (2001). Sustainable development: a review of the international development, business and accounting literature. *Social Science Research Network*, 17 (00).
- Benevides, V. R. & Reis, L. G. (2017). Um estudo sobre informações econômico-financeiras de natureza ambiental das organizações do setor de construção e transporte. (pp. 1 -13). Florianópolis: Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade, 7. Anais Conselho Federal de Contabilidade.
- Berry, M. A. & Rondinelli, D. (1998). A. Proactive corporate environment management: a new industrial revolution. *The Academy of Management Executive, Briarcliff Manor*, 12 (2) pp. 38.
- Brock, E. (2005). CSR: altruism or corporate benefit? *Consumer Policy Review*, 15 (2), pp.58.
- Calado, S & Ferreira S. (2004). Análise de documentos: método de recolha e análise de dados. *Disciplina Metodologia da Investigação I – Mestrado em Educação*.
- Canepa, C. (2007). *Cidades Sustentáveis: o município como locus da sustentabilidade*. São Paulo: Editora RCS.
- Carvalho, F. de M. & Siqueira, J. R. M. (2005). Os Indicadores Ambientais nas Normas de Balanço Social. *Anais do Encontro Nacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente (Engema)*, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 8.
- Clarkson, P. M., Li Y., Richardson, G. D. & Vasvari, F. P. (2008). Revisiting the relation between environmental performance and environmental disclosure: An empirical analysis. *Accounting, Organizations and Society*. v. 33, p.303 -327.
- Cormier, D. & Gordon, I. (2001). *Accounting, Auditing and Accountability Journal*. 14 (5), 587 -616.
- Cowe, R. (2004). Transparency issue can be easily clouded reporting: countries are introducing requirements for listed companies to cover variety of issues in their reports. *Financial Times*, London.



Deegan, C. Introduction: the legitimising effect of social and environmental disclosures – a theoretical foundation. (2002). *Accounting, Auditing and Accountability Journal*. 15 (3), 282 - 311.

Dias, L. N. da S. & Siqueira, J. R. M. de. (2005). Os Indicadores ambientais no balanço social da Petrobras. *Anais do Encontro Nacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente (Engema)*, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 8.

Diehl, A. A. & Tatim, D. C. (2004). *Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas – Métodos e Técnicas*. São Paulo: Pearson.

Edwards, P., Birkin, F. K, & Woodward, D. G. (2002). Financial comparability and environmental diversity: an international context. *Business strategy and the environment*. 11 (6), 343 -359.

Eugénio, T. (2010). Avanços na divulgação de informação social e ambiental pelas empresas e a teoria da legitimidade. *Revista Universo Contábil*, Blumenau, 6 (1), 102-118.

Ferreira, A. C. de S. & Bufoni, A. L. (2006). A assimetria informacional do risco ambiental nas demonstrações financeiras: um estudo comparativo Brasil X EUA. *Pensar Contábil*, Rio de Janeiro, 8 (31).

Ferreira, A. C. de S., Lucatelli, M. E. & Monteiro, P. R. A. (2005). Utilização do modelo ISAR/ UNCTAD: o caso da cia. Marlim Azul. In: Encontro Nacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente (Engema), *Anais do Encontro Nacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente (Engema)*, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 8.

Fipecafi. (2010). *Manual de contabilidade societária*: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. São Paulo: Atlas.

Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas.

Gomes, S. M. da S. & Garcia, C. O. (2013). *Controladoria Ambiental: Gestão Social, Análise e Controle*. São Paulo: Atlas.

Gray, R., Owen, D & ADAMS, C. (1996). *Accounting and Accountability: changes and challenges in corporate social and environmental reporting*. London: Pretence Hall.

Maçambanni, T. A., Van Bellen, H. M., Da Silva, T. L & VENTURA, C. Evidenciação Socioambiental: uma análise do balanço social de empresas do setor elétrico que atuam nas



regiões sul e nordeste do Brasil. *Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade – GeAS*. 2 (1), 123-142.

Marconi, M. de A. & Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo: Atlas.

Nyquist, S. (2003). The legislation of environmental disclosures in three nordic countries: a comparison. *Business Strategy and the Environment*. 12 (1), 12-25.

Nossa, V. (2002). *Disclosure ambiental: uma análise do conteúdo dos relatórios ambientais de empresas no setor de papel e celulose em nível internacional*. Tese de Doutorado em Contabilidade – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Silva, A. C. R. da. (2006). *Metodologia da Pesquisa Aplicada à Contabilidade*. São Paulo: Atlas.

Tinoco, J. E. P. & Kraemer, M. E. P. (2011). *Contabilidade e Gestão ambiental*. São Paulo: Atlas.

Veiga, J. E. da. (2005). *Cidades Imaginárias – o Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas: Editora da Unicamp.

Vellani, C. L. (2011). *Contabilidade e Responsabilidade Social*. São Paulo: Atlas.